

# EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A PERSPECTIVA INTERCULTURAL NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: UM ESTUDO DOCUMENTAL

Ana Claudia Guilherme da Rosa<sup>1,2</sup>

Carlo Henrique Golin<sup>1,3,4</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Câmpus do Pantanal (CPAN)

<sup>2</sup>Bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

<sup>3</sup>Programa de Pós-Graduação no Curso de Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriço (MEF)

<sup>4</sup>Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física do Pantanal - GePPan

## RESUMO

Este artigo é recorte de uma pesquisa documental em andamento, cujo objetivo é apresentar a estrutura organizacional da Educação Básica brasileira e boliviana, incluindo diálogos com o tema da Educação intercultural na perspectiva da disciplina de Educação Física. Essa articulação visa compreender melhor a situação de contato internacional na fronteira Brasil-Bolívia, considerando em particular a região fronteira entre as cidades de Corumbá/MS (Brasil) e Puerto Quijarro-Puerto Suarez (Bolívia). Foram realizadas buscas em fontes de domínio público, disponibilizados no site do Ministério da Educação (MEC) do Brasil e no *Ministerio de Educación* da Bolívia (MINEDU). Os documentos que foram selecionados tratam do sistema educacional de ambos os países, em especial da disciplina de Educação Física. A partir de uma breve análise dos documentos, pudemos compreender a organização do sistema educacional do Brasil e da Bolívia, tanto suas diferenças quanto similaridades, tornando possível a discussão da Educação Física escolar na perspectiva da Educação intercultural enquanto uma possibilidade para as escolas em regiões de fronteira com contato internacional. Por fim, o trabalho traz reflexões sobre o fenômeno da pendularidade educacional na região estudada, enquanto local privilegiado para possibilidades de intercâmbios educativos e culturais, principalmente no campo da Educação Física, além de demonstrar a importância de serem criadas propostas, projetos e/ou políticas públicas que levem em conta os fatores apresentados.

**Palavras-chave:** Educação intercultural. Fronteira. Educação Física.

## SCHOOL PHYSICAL EDUCATION AND THE INTERCULTURAL PERSPECTIVE ON THE BRAZIL-BOLIVIA BORDER: A DOCUMENTARY STUDY

## ABSTRACT

This article is a summary of an ongoing documentary research, whose objective is to present the organizational structure of the Brazilian and Bolivian Basic Education, including dialogues with the theme of intercultural Education in the perspective of the discipline of Physical Education. This articulation seeks to better understand the situation of international contact at the Brazil-Bolivia border, particularly considering the border region between the cities of Corumbá/MS (Brazil) and Puerto Quijarro-Puerto Suarez (Bolivia). Searches in public domain sources were made available on the website of the Ministry of Education (MEC) in Brazil and in the Ministry of Education of Bolivia (MINEDU). The documents that have been selected deal with the educational system of both countries, especially Physical Education. From a brief analysis of the documents, we could understand the organization of the educational system in Brazil and Bolivia, both their differences and similarities, making possible the discussion of School Physical Education in the perspective of intercultural Education as a possibility for schools in regions of border with international contact. Finally, the work brings reflections on the phenomenon of educational pendulum in the studied

region, as a privileged place for possibilities of educational and cultural exchanges, mainly in the field of Physical Education, besides demonstrating the importance of creating proposals, projects and / or policies that take into account the factors presented.

**Keywords:** Intercultural education. Border. Physical education.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa documental em andamento, vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), intitulada “Análises dos principais documentos institucionais da Educação Básica brasileira e boliviana referente à Educação Física Escolar”.

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo geral apresentar brevemente a estrutura organizacional da Educação Básica brasileira e *Educación Regular* boliviana, bem como dialogar com a temática da Educação intercultural na perspectiva da Educação Física escolar, disciplina privilegiada em possibilitar intercâmbios educativos, principalmente por meio de diferentes manifestações, sejam elas esportivas, artísticas, lúdicas, etc.

Discutimos ao longo do trabalho as diferentes culturas existentes nas escolas enquanto possibilidade educativa, aspecto ainda mais evidente e desafiador em escolas fronteiriças que tem contato internacional, especialmente diante dos seus inúmeros fluxos, mobilidades e interações culturais. Assim, nossa proposta está centrada nas distintas situações que ocorrem na região de fronteira entre as cidades de Corumbá (Brasil) no Mato Grosso do Sul e Puerto Quijarro-Puerto Suarez (Bolívia), na província de Germán Busch. Essa opção se justifica por ser uma região em que existe o fenômeno da pendularidade educacional, isto é, as escolas recebem alunos que vivem diariamente num país e estudam em outro, evento que ocorre tanto nas escolas bolivianas como nas brasileiras - esta última em grau bem elevado.

Cabe ressaltar que nessas localidades fronteiriças orbitam diferentes culturas em contato e algumas pesquisas apontam que a cultura do “outro” é negligenciada no espaço escolar, se tornando desprestigiada, “estranha”, “diferente”, não convencional ao “padrão local” (ASSIS, 2016; PEREIRA, 2009). Inclusive Silva (2010) esclarece que as pessoas que vivem em região de fronteira costumam conviver com uma ampla diversidade cultural, o que acaba influenciando as músicas, jogos, comidas, idiomas, costumes, sobretudo em contextos com interação internacional, algo que também impacta na dinâmica escolar local. Por isso a importância de compreender e considerar em ambientes fronteiriços com interação as diferentes manifestações culturais, valorizando a cultura do “outro” no ambiente escolar, sobretudo ao considerar o número expressivo de alunos bolivianos que vem estudar no Brasil (região do estudo) devido ao fenômeno da pendularidade educacional.

Acreditamos que a partir desse olhar, dessa valorização dos aspectos culturais fronteiriços, a possibilidade de serem criadas propostas significativas curriculares de integração interculturais, fazendo com que as escolas estejam preparadas para receber esses alunos culturalmente diferentes que buscam uma formação educacional no Brasil.

Num ambiente de fronteira, estabelecida pela relação interétnica, como explica Oliveira (2005), podem ocorrer as ‘fricções’ que pressupõe a superioridade de um grupo sobre os outros, podendo ser observável em termos dos indicadores culturais entre os dominantes e domináveis, sobretudo durante as nacionalidades em conjunção e os reflexos no processo de aculturação.

Aprofundando o tema, Nunes (2012) denuncia que a instituição escolar acaba estabelecendo, por exemplo, esse processo de imposição, superioridade e dominação. Nas palavras do autor fica evidente que

[...] a potencialidade de contatos estabelecidos entre os alunos de culturas diferentes, materializada na rotina das discussões sobre futebol, programas de televisivos, gosto pelas comidas, flertes e namoros, assim como o esboço de solidariedade frente aos problemas escolares é limitada diante do peso dos conteúdos oficiais a serem trabalhados, assim como pela própria postura institucional da escola que visa uniformizar e padronizar as informações, as quais classificam os tipos de referenciais com que se deve ler a realidade. As possibilidades de integração articuladas em balbucios cotidianos são limitadas pela força padronizante das práticas e discursos instituídos como únicos pela própria escola. (NUNES, 2012, p. 86).

Esses conceitos são de suma importância para o entendimento ampliado do termo fronteira, vocábulo que é facilmente confundido com o termo “limite” que é um marco, uma linha divisória. Isso não exclui da fronteira o limite em si, porém ao falarmos de fronteira não podemos desconsiderar a “vida na fronteira”, neste caso considerando as relações contidas nesses espaços que se encontram e se transformam cotidianamente nas mais variadas formas, contendo essencialmente os sujeitos que nesses espaços habitam.

Nesse sentido, o hibridismo desses espaços complexos necessita de maiores detalhamentos sobre o conceito atual de fronteira e limite, por exemplo, como explicam Oliveira e Campos (2012, p. 21-22), com os quais concordamos:

A fronteira é formada a partir de áreas contíguas de dois territórios nacionais, formando o que se vem denominando zona de fronteira, área de fronteira, franja fronteiriça, dentre outras denominações que remetem a um espaço repleto de relações sociais de convivência e de produção. Por isso, diferencia de limite, que é pontual – uma linha traçada nos mapas que se materializa nas aduanas, postos de fiscalização e nos marcos. Na fronteira estão presentes os relacionamentos, os fluxos, os câmbios. [...] Adotamos a compreensão de que fronteira e limites não são sinônimos, nem no sentido político.

De forma parecida dizem Kukiel; Costa e Benedetti (2015) que

A fronteira se caracteriza por ser um local que envolve fluxos e mobilidades em várias escalas, propiciando oportunidades para ambos os lados, dependendo da racionalidade dos atores que a utilizam. Os propiciam a interação entre a população fronteiriça, onde, através do seu cotidiano, as territorialidades são expressas e expressam as formas de apropriação do espaço (p.1).

Podemos compreender que a fronteira a qual se refere nossa pesquisa, funciona como um espaço facilitador de integração cultural, uma vez que para transitar de um país a outro basta realizar um curto trajeto, fortalecendo o processo de hibridização cultural. Usamos o termo facilitador, pois não é garantido que haja essa interação entre as culturas, mas há essa possibilidade. Segundo Costa (2012), a hibridação cultural acontece, de fato, depois que os migrantes bolivianos estão instalados em nosso país (Brasil), pois a partir desse momento, eles precisam se adaptar a cultura local, o que faz com que ocorram perdas, acréscimos, aceitação, entre outros fatores que modificam toda a rotina e influencia na tradição desses migrantes.

Por exemplos, trabalhos como de Oliveira e Daolio (2011) e Rangel et al., (2008) explicam que a área da Educação Física apresentou, ao longo do tempo, dificuldades pedagógicas no tocante à diversidade sociocultural presentes nas escolas, inclusive muitas vezes priorizando um “padrão” de suas ações em nome da “normalidade”. Para esses autores, a escola, o que inclui a prática da Educação Física, deveria saber lidar com a pluralidade, utilizando como elementos propulsores de qualidade educativa os inúmeros a diversidade de conteúdos da área, sobretudo os jogos e/ou esportes enquanto espaço intercâmbio e oportunidade de reflexão, por consequência mudança de atitude.

É nesse sentido que a Educação intercultural pode ser um caminho pedagógico salutar para as escolas em regiões de fronteira com contato internacional. Por isso Silva (2010) destaca a importância de se criar currículos, propostas e projetos que valorizem as diversas culturas existentes nestes locais, sobretudo devido ao fato que a escola é um espaço educativo importante para superar estigmas negativos.

Portanto, uma vez que universalmente a escola é um espaço responsável pela Educação formal de uma sociedade, fica claro a importância de se implementar políticas públicas que alcancem esse público que vive em regiões de fronteira, considerando especialmente os elementos interculturais presentes de forma marcante nestes contextos no sentido de não perder a sua potencialidade de transformação sociocultural. Por fim, é inadiável a produção de pesquisas da Educação Física, enquanto uma área de conhecimento, nesses espaços de fronteira, até para repensarmos as possíveis propostas curriculares interculturais e/ou políticas educacionais de integração.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo está caracterizado como análise documental, no qual foi realizada uma pesquisa qualitativa sobre os diferentes documentos oficiais de Educação Básica, materiais que foram produzidos no sentido de serem orientadores das políticas públicas educacionais no Brasil e na Bolívia. Inicialmente foi realizada uma busca nas fontes de domínio público, sobretudo disponibilizados no site do Ministério da Educação (MEC) do Brasil e no *Ministerio de Educación* da Bolívia (MINEDU) a partir de palavras-chave, sendo elas: “Educação Física”, “Educação Bolívia”, “Ministério da Educação”, “*Ministerio de Educación*”, “*Educación Bolívia*” e “*Educación Física*”. O corte temporal utilizado para descrever esses documentos educacionais no Brasil foi a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela Lei n. 9394, de 1996, e na Bolívia foi a Lei n. 070, conhecida como *Ley de la Educación – “Avelino Siñani-Elizardo Pérez”*, vigente desde 2010.

A partir destes critérios foram encontrados 60 documentos, contudo considerando os critérios de exclusão, em especial os materiais que não tinham relação direta com o objeto do estudo, foram selecionados, para uma futura análise mais aprofundada, catorze documentos, sendo nove documentos do Brasil e cinco documentos da Bolívia. Dentre os documentos brasileiros, dois são materiais que se referem as diretrizes e orientações curriculares, outros dois são da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e cinco são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Em relação aos documentos selecionados da Bolívia, quatro deles fazem parte da coleção de cadernos do PROFOCOM (*Programa de Formación Complementaria para Maestras y Maestros en Ejercicio*) e o último é um documento curricular, que contempla a dimensão “*Comunidad y Sociedad*” com a inserção da área *Educación Física y Deportes* (Serie Currículo).

Ressaltamos que, a fim de atingir o objetivo proposto neste artigo e levando em consideração apenas os dados preliminares, as análises sobre o sistema educacional do Brasil e da Bolívia foram realizadas inicialmente com base nas duas leis educacionais, neste caso Brasil (1996) e Bolívia (2010). Destacamos, ainda, que conjuntamente com os dados oficiais de cada sistema educativo, utilizamos algumas referências para auxiliar nas descrições e no aprofundamento do assunto, bem como para debater o tema da Educação intercultural na perspectiva da Educação Física escolar.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente o MEC é responsável por diversas competências, dentre elas: política nacional de educação; educação infantil; educação geral, compreendendo ensino fundamental, médio e superior. O mesmo órgão faz o gerenciamento de todo o sistema educacional no Brasil, que é regulamentado pela Constituição Federal de 1988 - com a Emenda Constitucional nº 14, e a LDB, instituída pela lei nº 9394, de 1996, cuja implementação trouxe grandes mudanças em relação a educação no Brasil. Naquele momento foram criados “parâmetros” com a intenção melhorar a qualidade do ensino no Brasil, no sentido de nortear os profissionais em cada etapa da educação, denominados de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) e que foram lançados em 1997 para 1ª a 4ª série, em 1998 para 5ª a 8ª série e para o Ensino Médio no ano 2000.

O sistema educacional brasileiro, segundo o artigo 21, nos incisos I e II, a LDB está dividida em Educação Básica e Educação Superior (BASTOS, 2017), sendo que nos artigos 23 e 24 a Educação Básica (foco do nosso trabalho) compreende quatro etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

A educação infantil tem duas fases: a creche, que atende crianças de 0 a 3 anos, e a pré-escola, que atende crianças de 4 a 5 anos. Ambas, tem por objetivo, segundo o artigo 29 da LDB, desenvolver os aspectos físicos, intelectuais e sociais da criança, contribuindo na educação que vem de casa (BRASIL, 1996). O Estado, por sua vez, tem o dever de oferecer esse serviço de forma a aceitar todas as crianças cujos pais procuram por uma vaga nas escolas públicas de todo o país.

O Ensino Fundamental também possui duas fases: os anos iniciais, que compreendem do 1º ao 5º ano, e anos finais, que compreendem do 6º ao 9º ano. Essa etapa se diz fundamental visto que é essencial para a formação dos alunos como cidadãos, pois nesta fase o aluno já deve ter pleno domínio da escrita, leitura e do cálculo.

A terceira e última etapa da Educação Básica é o Ensino Médio, cuja previsão é atender jovens de 15 a 17 anos. Esta procura aprofundar os conhecimentos obtidos durante o Ensino Fundamental, criando

um olhar crítico, e preparando os alunos para decidirem seus futuros como cidadãos. No entanto, após uma recente mudança e diversas discussões, em 2017 começou a ser implantada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é definida como sendo um

[...] documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017, p. 5).

Só em março do mesmo ano a BNCC foi aprovada para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, sendo que o Ensino Médio ainda aguarda aprovação. A previsão é que seja totalmente implantada até 2020. Vale destacar que nos documentos oficiais a Educação Física ainda é considerada obrigatória no currículo escolar da Educação Básica (Educação Infantil até o Ensino Médio), indicando competências e habilidades específicas para cada faixa etária.

Já no tocante a Educação na Bolívia temos o MINEDU, órgão que procura, dentre muitos objetivos: formular políticas e estratégias intraculturais, interculturais e multilinguista de educação no Estado; desenvolver programas educativos com base nas políticas de desenvolvimento do país e promover, desenvolver e espalhar os saberes e conhecimentos das diferentes culturas.

Em termos normativos atuais, a Educação *Regular* boliviana está calcada na nova Lei Educacional n. 070 “Avelino Siñani – Elizardo Pérez”. Segundo seus idealizadores ela foi um marco na história da educação boliviana, especialmente por ser quando a Bolívia passou de Estado-Nação para Estado Plurinacional, visando atender a todos e todas – expressão adotada com intensidade a partir desta Lei (BOLÍVIA, 2010). Guzman (2014, p. 194) analisa que a: “[...] Educação Básica na Bolívia é denominada educação regular, que compreende, desde os dois primeiros cursos de formação inicial, seis cursos de educação primária e seis cursos de educação secundária”.

A organização da Educação Básica boliviana está articulada por diferentes níveis: “*Educación Inicial en Familia Comunitaria*” (de 0 a 5 anos), “*Educación Primaria Comunitaria*” (de 6 a 11 anos) e “*Educación Secundaria Comunitaria Productiva*” (de 12 a 17 anos). Todas as modalidades (Escolarizada e Não escolarizada) se desenvolvem de acordo com as bases, finalidades e objetivos da educação, procurando o desenvolvimento dos educandos e as particularidades de cada realidade regional.

Segundo Guzman (2014), a Educação Básica é assim denominada pois é a etapa que servirá como base para a formação pessoal e profissional dos estudantes posteriormente. Ainda diz que a “*Educación Primaria Comunitaria*” possui várias características, como o caráter intracultural, intercultural e plurilíngue, bem como o caráter qualitativo, vocacional, integral e inclusivo.

Quando falamos em objetivo, a “*Educación Primaria Comunitaria*” visa superar todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação através do desenvolvimento das habilidades e capacidades de cada um, ligado aos valores comunitários, como contribuição e reciprocidade. A “*Educación Secundaria Comunitaria Productiva*” da Bolívia é a fase em que buscam formar um pensamento crítico no aluno, aprofundar todo o conhecimento obtido durante a educação primária, deixando-o preparado para as escolhas que ele terá que fazer quando passar por esta fase. Dentre os objetivos desta etapa estão: fortalecer o pensamento crítico, promover práticas de valorização das culturas próprias, consolidar o manejo das línguas originárias e fortalecer os valores sócio comunitários, a espiritualidade e o equilíbrio emocional do ser integral.

A estrutura curricular da Bolívia, segundo a análise de Guzman (2014) compreende os seguintes campos e suas respectivas áreas: primeiro, o campo *Cosmo e Pensamento*, que possui como áreas a Espiritualidade e Religiões; o segundo é o campo *Vida, Terra e Território*, que é formado pela área de ciências naturais, composto pela biologia, geografia, física e química; o terceiro campo é o denominado *Ciência, Tecnologia e Produção*, que compreende as áreas de Matemáticas e Técnicas Tecnológicas. Por último, o campo em que está integrada a disciplina de Educação Física, que é o campo *Comunidade e Sociedade*. Este campo compreende um maior número de áreas, sendo elas: comunicação e linguagens, ciências sociais, artes plásticas e visuais, educação musical, educação física, esporte e recreação. Neste caso “Educação

Física, Esportes e Recreação” acabam sendo considerados um só e são responsáveis por desenvolver o autoconhecimento, valorização do corpo, integrar a escola à comunidade através de atividades tanto esportivas, como artísticas, de forma a fortalecer os laços familiares e comunitários.

Para facilitar, resumimos as modalidades e níveis educacionais do Brasil e da Bolívia na Quadro 1 a seguir. Este quadro demonstra uma síntese estrutural do sistema educacional Brasil-Bolívia, neste caso comparando a idade com os anos de escolaridade de cada país.

**Quadro 1** - Comparação do Sistema Educacional Brasil-Bolívia com base na idade.

BOLÍVIA	Modalidade	Não Escolarizada				Escolarizada													
	Níveis	Educação Inicial em Família Comunitária					Educação Primária Comunitária						Educação Secundária Comunitária Produtiva						
	Anos de escolaridade					1°	2°	1°	2°	3°	4°	5°	6°	1°	2°	3°	4°	5°	6°
	Idade	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
BRASIL	Modalidade	Não Escolarizada				Escolarizada													
	Níveis	Educação Infantil					Ensino Fundamental I					Ensino Fundamental II				Ensino Médio			
	Anos de escolaridade	Creche/ Entidades Equivalentes			Pré-escola		1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	1°	2°	3°	

Fonte: Elaborada pelos autores.

Compreender essas diferentes realidades no sistema educativo dos países em estudo, pode ampliar nossa visão sobre os inúmeros desafios e dilemas da Educação intercultural no ambiente escolar, sobretudo considerando as localidades fronteiriças, como a região de Corumbá/MS. Assim, ao debater os diferentes aspectos socioculturais presentes numa escola, incluindo as potencialidades e dificuldades da área de Educação Física, se faz necessário discutir aspectos ligados à interculturalidade, sobretudo considerando o diálogo, a troca e as relações equânimes entre culturas diferentes que coexistem num contexto educativo, especialmente em espaços de fronteira com contato internacional. Neste caso, portanto, distingue-se do multiculturalismo (ou pluralismo cultural) que, em síntese, respeita a diversidade cultural presente em todas as sociedades, pelo pressuposto da coexistência de diferentes formas culturais.

Fundamentado nesses argumentos anteriores, parafraseamos Oliveira e Daolio (2011), quando explicam que as perspectivas contraditórias e as dificuldades pedagógicas presentes no contexto educativo, sobretudo de não aceitar o diferente (no tocante a cultura, costumes, tradições...), têm uma relação com a história da evolução humana, nos processos de conhecimento e dominação dos diferentes povos, impondo somente uma cultura como a superior. Os mesmos autores alertam que, em termos históricos, as relações sociais humanas no tocante ao conhecimento sobre o outro, o diferente, o não igual ao meu grupo social, notadamente abarcaram, via de regra, em perspectivas etnocêntricas, subjugando o outro para um tipo e/ou modo de vida como correto.

Para Rangel et al., (2008), a Educação Física historicamente sempre procurou amenizar e homogeneizar as diferentes manifestações culturais, padronizando suas ações em nome da facilidade e igualdade. Para eles, “a escola tem de lidar com a pluralidade cultural, a fim de reconhecer os diferentes sujeitos presentes em seu contexto, abrindo espaço para a manifestação e valorização das diferenças” (p. 159). Portanto as escolas e suas disciplinas (incluindo a Educação Física), enquanto espaços/momentos de inclusão, devem considerar “o respeito e valorização das diferenças culturais. Assim, voltar o olhar para a diversidade de culturas imersas no contexto escolar é de fundamental importância para a formação dos alunos/cidadãos” (p. 160).



Entendemos, por exemplo, que a Educação Física escolar pode ser, pelo desenvolvimento do conteúdo esportivo, uma disciplina interessante para repensar e intervir na temática da diversidade cultural, já que “[...] o esporte por sua característica competitiva, pode ser um grande polo de reflexão sobre os problemas relacionados à diversidade étnica e cultural, revelando conflitos que significam uma grande oportunidade de hibridização” (RANGEL et al., 2008, p. 164).

Portanto, conhecer a interação entre as culturas é extremamente salutar num ambiente educativo, sobretudo considerando as escolas fronteiriças com contato internacional e seus fluxos pendulares. Sugerimos, assim, não desvalorizar ou hipervalorizar traços culturais, mas considerar os desafios e as potencialidades de intercâmbios interculturais nessas localidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho apresenta análises documentais, de forma resumida, sobre os aspectos gerais do Educação Básica de dois países (Brasil-Bolívia), demonstrando algumas similaridades e divergências quanto a sua estruturação e finalidades. Também pontuamos que as diferenças culturais existentes podem ser elementos desafiadores e potenciais quando considerado os espaços educativos fronteiriços. Neste sentido, o trabalho aponta para a valorização dos aspectos culturais presentes em escolas de fronteira (região de contato internacional), particularmente para pensar em possibilidades de Educação interculturais, perspectivando o respeito à diversidade cultural dos educandos, a integração e intercâmbio internacional.

Acreditamos que os estudos de Educação intercultural podem ser uma possibilidade interessante para desenvolver, de forma equânime, as diversidades socioculturais existentes nessas locais, como é o caso específico da região de Corumbá/MS na fronteira Brasil-Bolívia, em especial devido ao fenômeno da pendularidade educacional oriundo do contato internacional. Também compreendemos que essa perspectiva pode contribuir para um melhor entendimento das manifestações culturais que ocorrem nessa região fronteiriça, presentes nos cinco conteúdos históricos da Educação Física escolar (jogo, esporte, ginástica, dança e lutas), no sentido de aumentar possibilidades e propostas pedagógicas que integrem essas diferentes culturas da região em estudo, já que um número significativo de alunos mora na Bolívia e estuda no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, J.P. do V. Veias abertas nas fronteiras internacionais do Brasil: percalços na efetivação da educação como um direito universal. **International Studies on Law and Education**, v.22, p.83-94. 2016.

BASTOS, M. de J. Organização do Sistema Educacional Brasileiro. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ed.05. Ano 02, v.01, p.277-286, Julho de 2017. ISSN:2448-0959

BOLIVIA, E.P. **Ley de la Educación**” Avelino Siñani-Elizardo Pérez» N 070. 2010.

BRASIL. LDB. **Lei nº 9394/96**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**: proposta preliminar: segunda versão revista. 2017.

COSTA, E.A. da, Os bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira. **Cadernos de Estudos Culturais**, Campo Grande, v.4, n.7, p.17-33, jan. 2012.

PEREIRA, J.H do V. Diversidade cultural nas escolas de fronteiras internacionais: o caso de Mato Grosso do Sul. **Múltiplas Leituras**, v.2, n.1, p.51-63. 2009.

GUZMAN, C.B. Documento-Política e gestão da educação básica na Bolívia. **Retratos da Escola**, v.8, n.14, p. 93-207, 2014

KUKIEL, É.D.G., COSTA, E.A. da, BENEDETTI, A.G. Fronteira brasil-bolívia: a construção histórica dos relacionamentos comerciais entre corumbá e puerto quijarro. In: **Anais... SEMINÁRIO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS**, Corumbá. SEF, p.1-12, 2015.

NUNES, F.G. Migração e integração nas escolas da fronteira Brasil/Paraguai em Mato Grosso do Sul. In: PEREIRA, J.H. do V., OLIVEIRA, M.A.M. de (Orgs.). **Migração e integração: resultados de pesquisas em Mato Grosso do Sul**. Dourados: UFGD, 2012. p. 75-88.

OLIVEIRA, M.A.M. de, CAMPOS, D.L. Migrantes e fronteira: lógicas subvertidas, vidas refeitas. In: PEREIRA, J.H. do V., OLIVEIRA, M.A.M. de (Orgs.). **Migração e integração: resultados de pesquisas em Mato Grosso do Sul**. Dourados: UFGD, 2012.

OLIVEIRA, R.C. de. Introdução. In: OLIVEIRA, R.C. de; BAINES, S.G. (Org.). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: Editora UnB, 2005. p. 9-20. (Coleção Américas).

OLIVEIRA, R.C., DAOLIO, J. Educação intercultural e educação física escolar: possibilidades de encontro. **Pensar a Prática**, Goiânia, v.14, n.2, p. 1-11, maio/ago. 2011.

RANGEL, I.C.A. et al. Educação Física Escolar e multiculturalismo: possibilidades pedagógicas. **Motriz**. Revista de Educação Física. UNESP, v.14, n.2, p.156-167, 2008.

SILVA, Z.R. da. Educação e intercultura para além da fronteira. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v.17, n.2, p.211-222, jul. 2010.

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Câmpus do Pantanal (UFMS/CPAN)  
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC  
Av. Rio Branco, 1270  
Bairro Universitário  
Corumbá/MS  
79304-902